

A PROBLEMÁTICA SOCIOLÓGICA AMBIENTAL NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

THE ENVIRONMENTAL SOCIOLOGICAL PROBLEM IN THE MODERN WORLD

*Luiz Felipe Soares, Eduardo Jorge do Nascimento e João Paulo de Azevedo Lima**

Cite este artigo: SOARES, Luiz Felipe; NASCIMENTO, Eduardo Jorge do; LIMA, João Paulo de Azevedo. A problemática sociológica ambiental no contexto da modernidade. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 121-128, dezembro. 2014. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 31 de dezembro. 2014.

Resumo: Uma crise ambiental, sem precedentes na história, que se instalou e tem assolado a vida no planeta terra já há algum tempo, mais do que nunca, tem gerado questionamentos severos sobre o futuro da humanidade e do papel da ciência moderna. Em consonância com estas preocupações com o meio ambiente, surge uma sociologia preocupada com a questão ambiental. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho constitui discutir o problema ambiental na modernidade e a trajetória de constituição dessa sociologia ambiental. Para tanto, apresentaremos através de revisão bibliográfica as principais contribuições da escola sociológica norte-americana para o tema. Assim, a questão ambiental ganha cada vez mais importância nas agendas públicas no sentido de que é necessário suplantarmos o atual padrão desenvolvimentista econômico, pensando novas racionalidades menos desagregadoras ambiental e socialmente.

Palavras-Chaves: meio ambiente, modernidade, sociologia ambiental.

Abstract: An unprecedented environmental crisis has installed and has plagued life on planet Earth for some time. More than has ever it emerges severe doubts about the future of humanity and the role of modern science. In line with these concerns, sociological thoughts worried about environmental question arise. In this sense, the aim of this work is to discuss the environmental problem in modernity and the trajectory of the sociology related to it. Through a literature review we present the main contributions of the American Sociological school for this theme. Thus, the environmental issue has gained importance in the public agenda. In that sense it has become necessary to overcome the current economic developmental pattern in order to create new rationalities less disruptive to society and to environment.

Keywords: environment, modernity, environmental sociology.

Se há uma palavra que resume a época em que vivemos, sem dúvida, esta é o substantivo crise e dentre as várias vertentes em que a expressão pode ser analisada, uma delas se refere à sua intervenção no ecossistema. O papel das novas tecnologias, os efeitos da globalização e as implicações do atual modelo econômico predatório

são alguns dos questionamentos fundamentais para se compreender esta crise em toda sua complexidade.

Portanto, o presente artigo tem como objetivo principal discutir a formação do problema ambiental na modernidade e, conseqüentemente, a constituição de uma sociologia preocupada com a questão ambiental. Não obstante, essa análise acontece no momento em que o meio ambiente, cada vez mais, se torna um objeto vultoso de discussão, seja por parte da sociedade civil, seja por parte das lideranças governamentais.

Ainda, não por acaso, o sentimento é que nas últimas décadas as perturbações ao meio ambiente e às vidas das pessoas tem se agravado, o que tem contribuído para o adensamento em torno dos estudos sobre a questão ambiental, sobretudo no campo das ciências sociais. Percebemos que o padrão hegemônico insustentável de acumulação de capital e as novas discussões sobre racionalidade (ambiental) como alternativa às incertezas fabricadas pelo projeto insustentável da modernidade, ratificam a disseminação e a importância da temática proposta pelo presente artigo.

1. A formação do problema ambiental na modernidade

A partir de meados de 1960, o meio ambiente foi inscrito como área do conhecimento sociológico, produzindo questionamentos severos no que tange ao futuro da humanidade e da ciência moderna (LEFF, 2006). O período compreendido pela deflagração dessa crise ambiental é entendido por Beck (2010) como o resultado da saturação dominativa do projeto técnico-científico ocidental, resultante do processo antropocêntrico do início do século XVI que culmina hoje em um descontrole institucional e desequilíbrios hecatombicos (GIDDENS, 1991).

O mundo em que nos encontramos hoje, no entanto, não se parece muito com o que eles previram. Em vez de estar cada vez mais sob nosso comando, parece um mundo em descontrole. Além disso, algumas das influências que, supunha-se antes, iriam tornar a vida mais segura e previsível para nós, entre elas o progresso da ciência e da tecnologia, tiveram muitas vezes o efeito totalmente oposto. A mudança do clima global e os riscos que o acompanham, por exemplo, resultam provavelmente de nossa intervenção no ambiente. (GIDDENS, 2007, p.14)

Segundo Latouche (1996), o crescimento desenfreado e desproporcional do consumo, das atividades produtivas e da população na segunda metade do século XX acendeu o sinal de alerta sobre o futuro e a conservação da vida no planeta terra. A veloz degradação ambiental até então impensável em níveis globais, multiplica-se em progressão geométrica, causando enormes danos ao meio ambiente e a um contingente de pessoas cada vez maior (BECK, 2010).

A colonização transtornou profundamente as estruturas econômicas de todas as regiões do mundo, até os confins mais remotos. Todos os povos foram atingidos pelo funcionamento do mercado mundial e participam da divisão internacional do trabalho. Subvertendo as organizações tradicionais da produção e do consumo pelas solicitações do mercado, as leis da concorrência, a violência aberta e a criação de infra-estruturas de comunicação, a Europa criou um único mercado mundial, integrando comunidades as mais selvagens ao maquinário único (LATOUCHE, 1996, p. 29)

A industrialização e o paradigma do consumo têm gerado profundas perturbações ao meio ambiente. Pois, o descontrole no manejo dos recursos naturais e a falta de um plano estratégico de intervenção socioambiental corroboram demasiadamente com a proliferação de graves problemas ambientais, que vão desde a degradação da biodiversidade à desertificação; dos diversos tipos de poluição ao consumo de recursos além da capacidade de regeneração do planeta; do desmatamento às alterações climáticas (HANNIGAN, 2009).

A razão economicista que por muito tempo negligenciou os problemas ambientais, mais recentemente tem tentado incorporar certos valores da natureza nos preços dos produtos, utilizando-se do artifício de “Pintar de verde” (BOFF, 2012) com o intuito de agregar valor ao mercado de produtos verdes, escamotear a crise e iludir o consumidor. Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável vem sendo proposto como qualitativo de um processo produtivo em larga escala ou até mesmo de um produto específico, incorporando falsamente um caráter sustentável apenas para vender e lucrar.

Em resumo: do ponto de vista dos Verdes ecologistas sociais ou ecopolíticos, o eco-capitalismo (que combina um eco-tecnicismo a um ecomalthusianismo, na tentativa de administrar os percalços que a poluição e a pobreza vêm causando à produtiva), estaria longe de solucionar os problemas de degradação ambiental e social, uma vez que estes seriam causados pela própria lógica produtiva capitalista, que tende a concentração, à exclusão e ao consumismo. (HERCULANO, 1992, p.19)

Enriquecendo o debate, Santos (2002) esmiúça o processo autoritário da globalização, fenômeno intrinsecamente moderno que corresponde à hegemonia de um modelo político e econômico específico, expressamente ocidental e que tem por primazia o ‘Consenso de Washington’. As alternativas propostas pelo autor põem em questionamento a legitimidade desse modelo de globalização dispare, de pouco sobre muitos e, por outro lado, enaltece em questão, a reapropriação do centro de decisão político e ambiental a partir de um novo ideário contra-hegemônico.

Para Giddens (1991; 2006), a noção de desenvolvimento na modernidade à medida que é difundido em escala global cria uma falsa noção de segurança, mascarando o verdadeiro caráter perturbador do modo de vida contemporâneo ao passo que o projeto moderno se revela um projeto institucionalmente descontrolado. O homem nunca esteve tão exposto a mudanças e mobilidades tão rápidas e profundas como na atualidade. Mudam-se os modelos de família, a visão de mundo e até o significado da própria vida.

Nesse contexto, perante a uma crise ambiental sem precedentes na história, Leff (2006) explica que a problemática ambiental moderna requer de uma inversão paradigmática, tendo como princípio fundamental uma racionalidade alternativa aos grandes conflitos da sociedade moderna. Mais do que repudiar a mercantilização da natureza e desconstruir o atual modelo socioeconômico, é necessário construir um novo paradigma político-econômico sob as diretrizes de uma racionalidade ambiental.

Em consonância, Beck (1997) postula à necessidade de se construir um novo ideário político no qual o acesso à informação e ao conhecimento sobre novas tecnologias sejam

partilhados com todos os cidadãos, reinventando o modo de se traçar metas e políticas públicas ao passo que se crie uma nova racionalidade e que, dessa maneira, se permita democratizar os processos de tomadas decisões.

Também em concordância, Giddens (1991) ressalta a inevitabilidade de um novo momento, no qual se questione a manipulação imprudente dos recursos tecnológicos, evitando assim, futuros danos irreversíveis à sociedade. O usufruto benigno da tecnologia pode ser um potencial mecanismo de salvação da humanidade à medida que desenvolve questões éticas nas relações entre seres humanos e o meio ambiente.

Ainda, se torna essencial o desenvolvimento de uma consciência ecológica, com o efeito de suscitar uma nova ética que conduza a interpretação da natureza como parte de um cosmo integrado a espécie humana, reorientando a maneira de como as sociedades manejam os recursos naturais. Pois, “a superpopulação e a tecnologia industrial têm contribuído de várias maneiras para uma rápida degradação do meio ambiente natural” (CAPRA, 2000, p.14).

Ademais, conservar os valores, as crenças e os diferentes modos de vida, sobretudo das comunidades tradicionais, configura-se uma proposta reveladora não só de cunho científico, mais também de cunho cultural. Sendo assim, a visão êmica sobre as sociedades tradicionais, se revela uma proposta revisora das concepções atuais e vital ao equilíbrio da crise socioambiental moderna (LEFF, 2006).

2. A constituição de uma sociologia preocupada com a questão ambiental

A emergência das preocupações acerca da degradação dos recursos naturais e do modelo de desenvolvimento industrial proporcionou o surgimento de diversos movimentos de contestação ambiental. Dentre os movimentos que surgiram e ganharam notoriedade na comunidade internacional, destaca-se a escola sociológica ambiental norte-americana [1].

Nesse sentido, a luz desses novos questionamentos, nasce uma sociologia de resistência, preocupada em compreender as divergências e os conflitos relativos aos diferentes usos da natureza. Contudo, mesmo neste momento em que surgem provocações pertinentes contestando as ações danosas à manutenção da vida no planeta terra, a sociologia ambiental ainda não dispusera de um arcabouço teórico sólido e nem de um acúmulo de experiências de pesquisas que buscassem interpretar (na perspectiva ambiental) a relação do homem com a natureza (FERREIRA, 2004).

Decerto, a teoria sociológica clássica, sobretudo Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, discutiram o meio ambiente de maneira tangencial, de forma que a problemática ambiental fora negligenciada e apreciada apenas em um segundo plano, sempre relacionada com as questões centrais do pensamento sociológico a época, questões como trabalho, modo de produção, solidariedade social, estrutura social.

Para teoria social clássica, o problema ecológico fundamentalmente não eram as origens da degradação do ambiente, mas o modo de como as sociedades pré-modernas haviam sido controladas pelos seus ambientes naturais, e o modo como às sociedades modernas haviam

conseguido ultrapassar esses limites ou, em certa medida, se haviam desligado das suas origens naturais. (GOLDBLATT, 1996, p.21)

Mas de fato, até a sociologia ambiental aparecer como relevante campo de preocupações científicas dos cientistas sociais, suas origens remontam a um conjunto de áreas e subdisciplinas que a influenciou significativamente (HERCULANO, 2000), que em certa parte, tinham proposições teóricas alicerçadas em algumas premissas do pensamento social clássico.

Dentre os campos dos saberes que contribuíram para a sedimentação da sociologia ambiental, destaca-se a ecologia humana que surgira estudando as mudanças do rural e urbano; a sociologia rural que buscava entender a relação de comunidades (tais como pescadores, extrativistas, agricultores, lavradores e outros) com os recursos naturais; a sociologia dos recursos naturais que estudara a gestão do meio ambiente; a psicologia social e a antropologia cultural pesquisando sobre atitudes e valores; a sociologia dos movimentos sociais com os novos sujeitos coletivos e suas agendas; a sociologia do desenvolvimento, sob o prisma do marxismo, questionando o modelo de desenvolvimento econômico e a sociologia urbana enfocando o meio ambiente construído (HERCULANO, 2000).

Na década de 1950 lançam-se dois livros fundamentais para edificação da sociologia ambiental, *Energy and Society* (1955) de Cottrel que “versava sobre o papel das fontes de energias no formato das estruturas sociais” (HERCULANO, 2000, p.2) e o *Man, Mind e Land* (1960) de Firey que “enfocava a interrelação entre cultural, estrutura social e política e as práticas de conservação” (HERCULANO, 2000, p.2). Mas é somente em meados de 1970 que a sociologia ambiental nasce como subdisciplina acadêmica específica nos Estados Unidos com o sentido de construir uma reflexão sobre os problemas ambientais daquela mesma época.

As catástrofes ambientais provocadas pelos acidentes nas usinas nucleares e as contaminações tóxicas como as de Three-Mile Island (1979), o lixo tóxico de Love Canal, Bhopal (1984) e Chernobyl (1986) assinalaram um momento importante para a sociologia ambiental, pois acirravam as discussões públicas entorno dos riscos (FERREIRA, 2004).

No final dos anos de 1980 a área se consolida a nível internacional, chegando a 400 membros em 1993 na ASA (American Sociology Association), o volume de publicações aumentava e os interesses dos estudantes também. Destacando-se a formação do grupo de trabalho *ambiente e sociedade* em 1990 na ISA (International Sociology Association) e os impactos da Rio-92.

Já em meados da década de 1990 a obra de Ulrich Beck (1999; 2010) surge como um marco divisor na teoria sociológica contemporânea no tocante ao tema do meio ambiente. A diferença entre Ulrich Beck e os demais teóricos contemporâneos está no fato deste sociólogo ter apontado o potencial catastrófico da degradação ambiental a nível global (FERREIRA, 2004). A sociedade moderna enunciada na teoria social clássica está se transformando em uma sociedade potencialmente do risco. É uma sociedade em que o risco transcende a dimensão de classe social, o risco imanente e iminente à sociedade atinge a todos sem distinção (BECK, 2010).

3. A Sociologia Ambiental no Brasil

A institucionalização da sociologia ambiental no Brasil iniciou-se em meados da década de 1980, especialmente na Universidade de Campinas, na Universidade de São Paulo e na Universidade de Santa Catarina. Contudo, a produção científica desta época de certo modo não era inédita, pois se espelhava no que fora produzido anteriormente em outros países (FERREIRA, 2004).

Na Unicamp, o grupo que debatia o meio ambiente baseado nos estudos por áreas ou regiões, destacou-se pela pluralidade de seus cientistas sociais e cientistas naturais, os quais, através da perspectiva multidimensional, possibilitaram o surgimento de um centro de pesquisa ligado aos tradicionais programas da graduação e da pós-graduação (FERREIRA, 2004).

Já na Universidade de São Paulo, o grupo que dialogava com a questão ambiental se alinhava com a linha de pesquisa da ecologia profunda e da complexidade. “Em busca de um paradigma holista criaram um curso de Mestrado em Ciência Ambiental, que apesar das reformulações que sofreu no futuro, teve o mérito de colocar em xeque a artificialidade das rígidas clivagens institucionais anteriores” (FERREIRA, 2004, p. 84).

Na região sul, em Santa Catarina, Ferreira (2004) salienta que houve uma agregação de atenções voltadas ao paradigma da ecologia política no qual misturava uma abordagem da teoria sociológica e da política com pretensões “de alargar o objeto de estudo em direção às múltiplas dimensões da interação entre a biosfera e uma sociedade globalizada” (FERREIRA, 2004, p.85).

Pádua (2004) na tentativa de resgatar uma historiografia ambiental mostra em *Um Sopro de Destruição* o material que fora produzido no Brasil por mais de 50 autores em um período de 102 anos (1786-1888), no qual se discutiu os problemas sociais provocados pelas destruições de florestas, erosão dos solos, dos desequilíbrios climáticos, do esgotamento das minas e etc. Porém, Pádua (2004) relata que essas preocupações ambientais no Brasil escravista foram constituídas sob as luzes de um ideário de progresso, pois as discussões sobre conservação ambiental era sempre relacionada com a questão “ampla da construção, sobrevivência e destino da sociedade brasileira” (PÁDUA, 2004, p.20).

A socióloga Selene Herculano (2000) ressalta que o ‘olhar sociológico’ atinente aos problemas ambientais brasileiros, só veio a emergir de fato, a partir da ecologia política com textos e/ou ensaios que versavam sobre o ideário do movimento ecológico. Nesse percurso de desenvolvimento da sociologia ambiental no Brasil, mais recentemente, segundo a autora, uma área de estudo que vem crescendo, se insere nos campos de pesquisas que convergem estudos de saúde coletiva e saúde do trabalhador.

São os estudos de riscos, dos acidentes químicos ampliados e da vulnerabilidade social [...] Talvez esta seja a contribuição mais interessante da Sociologia brasileira a compreensão dos problemas ambientais e uma das áreas mais necessárias de realização de pesquisas. É nela que se dá a confluência de diversas ciências, que vem ocorrendo a partir de problemas factuais: análise de riscos e dos acidentes químicos ampliados vem aproximando engenheiros, médicos, historiadores e sociólogos. (HERCULANO, 2000, p. 9-10)

Conclusão

Pretendemos, ao longo do artigo, apresentar a modernidade como a grande ‘fabricadora’ do problema ambiental e a importância que este tem assumido nas agendas públicas. A conferência RIO+20 é um exemplo disto, cujo objetivo principal fora debater o desenvolvimento sustentável, no qual revela a necessidade de se pensar um novo padrão de desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, que o problema ambiental tem sido objeto de discussões de grandes líderes.

Nesse sentido, tem se percebido, que de uma forma geral, Estados e sociedade civil, conjuntamente, tendem a ambientalizar seus discursos e suas ações, no sentido de reprovar ou incentivar diferentes atividades como benígnas ou prejudiciais ao meio ambiente. Na trilha dessas preocupações com o meio ambiente, se constituiu uma sociologia ambiental preocupada em entender os diferentes usos da natureza; o padrão industrial atual e seus riscos; os movimentos de contestação sobre o meio ambiente; os conflitos socioambientais; o desenvolvimento sustentável e muitos outros fenômenos que se expressam na realidade no que tange ao tema do meio ambiente e sociedade.

No que se refere especificamente à sociologia ambiental no Brasil, percebe-se que nos dias atuais, ela já se encontra consolidada em várias Universidades brasileiras. Considerando-se a partir do número de publicações de artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorados, além da criação de centros e núcleos de pesquisas. Todavia, a produção científica no Brasil na área de sociologia ambiental ainda necessita de um maior engajamento político e institucional, no sentido de angariar mais incentivos financeiros e proporcionar visibilidade para que a área possa se expandir e, assim, possibilite formar um maior entendimento da questão ambiental, não tão somente na academia, mas em toda sociedade. 🌐

NOTAS

*Luiz Felipe Soares; Eduardo Jorge do Nascimento e João Paulo de Azevedo Lima são alunos da Universidade Federal Rural de Pernambuco e foram orientados por Tarcísio Augusto Alves da Silva.

[1] É importante ressaltar que as referências apresentadas neste artigo, relativas à formação internacional da sociologia ambiental estão circunscritas a escola norte-americana de sociologia. Sob a escola da sociologia ambiental francesa e alemã são outras as referências em discussão.

REFERÊNCIAS

BECK, U. The Reinvention of Politics. **Rethinking Modernity in the Global Social Order**. Polity Press. Cambridge, 1999.

BECK, U. Sociedade de Risco - **Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.

BOFF, L. **Sustentabilidade: O que é – O que não é**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996 (Perspectivas Ecológicas).

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2000.

- FERREIRA, L.C. **Idéias para uma Sociologia da questão ambiental - teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade.** Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), Curitiba, v. 10, p. 77-89, 2004. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3096/2477>
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, A. **O mundo na era da globalização.** 6. ed. Lisboa, Portugal: Presença, 2006.
- GIDDENS, A. **Mundo em descontrolo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- HERCULANO, S. **Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz.** In: GOLDENBERG, M. (org). Ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- HERCULANO, S. **Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos.** Revista Mundo & Vida (UFF), Niterói, UFF/PGCA, n.1, p. 45-55, 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/lacta/publicacoes/pgcarev.htm>.
- LATOUCHE, S. **A Ocidentalização do Mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- LEFF, E. **Racionalidade ambiental – a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SANTOS, B. S. (org.) **A globalização e as ciências sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortes, 2002.
- PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Recebido em 29 de março de 2013

Aprovado em 19 de junho de 2014